

Por que Dilma não faz um governo de esquerda?



Maria Lucia Fattorelli, Marcio Pochmann, Paulo Passarinho, Plínio de Arruda Sampaio Jr. e Marcelo Carcanholo discutem as opções da presidente Dilma em seu segundo mandato.

Prêmio de Monografia

Trabalho quantifica produto perdido em função do trânsito caótico nas cidades

Fórum Popular do Orçamento

Último artigo da série sobre crianças examina evolução do orçamento municipal

Por que Dilma não faz um governo de esquerda?

Esta edição do JE destina-se a discutir a opção da presidente Dilma, neste início do seu segundo mandato, pela adoção de políticas econômicas de cunho conservador.

No artigo inicial do bloco temático, Maria Lucia Fattorelli, coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, afirma que basta olhar para a rentabilidade do setor financeiro no Brasil, propiciada pela adoção das taxas de juros mais elevadas do mundo, para constatar que o governo Dilma não é de esquerda, da mesma forma que o de Lula também não foi.

Marcio Pochmann, ex-presidente do Ipea, disse em entrevista que as ações de Dilma visam a atrair setores da oposição para a construção de uma maioria política, estratégia que ele julga que não surtirá os efeitos desejados.

Paulo Passarinho, apresentador do Programa Faixa Livre, defende que as novas posições assumidas pela cúpula do PT a partir de 2002 significaram a rendição desse partido à hegemonia que se construiu no Brasil ao longo dos anos 1990. O PT, apesar de sua base popular, deixou de ser um partido de esquerda.

Plínio de Arruda Sampaio Jr., da Unicamp, também aponta o ano de 2002, em particular a divulgação da Carta aos Brasileiros, como marco da opção do PT pelo status quo. Fora concessões pontuais, os governos petistas mantiveram as políticas neoliberais, agora escancaradas com as ações no segundo mandato de Dilma.

Marcelo Dias Carcanholo, da UFF, afirma que Dilma não faz um governo verdadeiramente de esquerda porque essa nunca foi a proposta, dada a aliança política e de classes que os governos do PT construíram.

Fora do bloco temático, artigo do Fórum Popular do Orçamento avalia até que ponto o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que entrou em vigor em 1990, interferiu na priorização das políticas públicas municipais, em termos de recursos orçamentários.

Em prosseguimento à publicação de resumos dos textos vencedores do 24º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado, publicamos o interessante trabalho de Guilherme Szczerbacki Besserman Vianna, quinto colocado no concurso, com estimativas do produto perdido em função do trânsito caótico nas cidades brasileiras.

Governo Dilma.....	3
<i>Maria Lucia Fattorelli</i>	
O privilégio dos bancos no governo Dilma	
Entrevista: Marcio Pochmann	5
“É um começo de um governo enfraquecido, que tenta se recompor aceitando diagnósticos que anteriormente não eram seus, que vêm do mercado financeiro.”	
Governo Dilma.....	7
<i>Paulo Passarinho</i>	
Anamnese de uma derrota	
Governo Dilma.....	9
<i>Plínio de Arruda Sampaio Jr.</i>	
O fim da impostura	
Governo Dilma.....	11
<i>Marcelo Dias Carcanholo</i>	
Por que Dilma não faz um governo de esquerda? A economia política dos governos do PT	
Fórum Popular do Orçamento	13
Redução da desigualdade sim, da maioridade penal não!	
Prêmio de Monografia.....	15
<i>Guilherme Szczerbacki Besserman Vianna</i>	
Mobilidade Urbana no Brasil: Uma estimativa do produto perdido em trânsito	

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30, na Rádio Livre, AM, do Rio, 1440 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br ou www.radiolivream.com.br

Conselho Editorial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Ricardo de Moraes Lopes, Sidney Pascountto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Gisele Rodrigues, João Paulo de Almeida Magalhães, Sergio Carvalho C. da Motta, Paulo Mibielli Gonzaga. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Alledo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Ediouro. **Tiragem:** 13.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antonio Lutterbach Soares. **Vice-presidente:** Sidney Pascountto da Rocha. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2014-2016) Arthur Câmara Cardozo, Gisele Mello Senra Rodrigues, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º TERÇO: (2015-2017) Antônio dos Santos Magalhães, Gilberto Caputo Santos, Jorge de Oliveira Camargo – 3º TERÇO: (2013-2015) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascountto Rocha, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2014-2016) Andréa Bastos da Silva Guimarães, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes – 2º TERÇO: (2015-2017) André Luiz Rodrigues Osório, Flavia Vinhaes Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º TERÇO: (2013-2015) Cesar Homero Fernandes Lopes, José Ricardo de Moraes Lopes, Sérgio Carvalho Cunha da Motta.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21)2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2014/2017

Coordenação de Assuntos Institucionais: Sidney Pascountto da Rocha (Coordenador Geral), Antonio Melki Júnior, Jose Ricardo de Moraes Lopes e Wellington Leonardo da Silva
Coordenação de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos.
Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach, José Jannotti Viegas e André Luiz Silva de Souza.
Conselho Fiscal: Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo

O privilégio dos bancos no governo Dilma

Maria Lucia Fattorelli*

Quando olhamos para a rentabilidade do setor financeiro no Brasil, fica evidente que o governo Dilma não é um governo de esquerda, da mesma forma que o de Lula também não foi.

Ambos não somente deram continuidade ao histórico e escandaloso privilégio que o setor financeiro usufrui por meio das taxas de juros mais elevadas do mundo, mas foram muito além e aprofundaram tais privilégios.

A primeira grande demonstração de que o governo do PT iria servir ao mercado financeiro veio com a completa descaracterização do art. 192 da Constituição Federal, que estabelecia, entre outras regras, limitação para os juros reais que poderiam ser cobrados pelo setor financeiro e a consequente criminalização por seu descumprimento, caracterizado como usura¹:

Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre:

(...)

§ 3º As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou

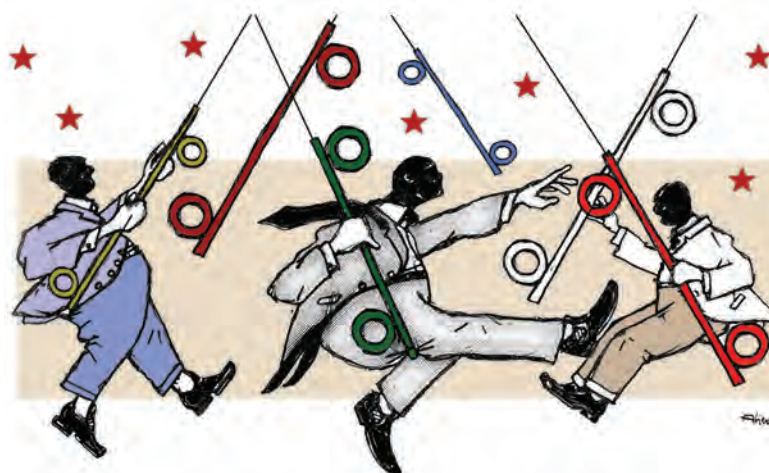
indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar.

A PEC 53/1999, do então Senador José Serra (PSDB/SP), que suprimia esse texto, estava empenhada no Congresso Nacional desde 1999². Foi destravada pela apresentação da PEC 10/2003³ pelo então deputado federal Virgílio Guimarães (PT-MG), e celeremente aprovada, passando a integrar o texto constitucional em maio de 2003.

Esse recorte do texto constitucional foi considerado uma “prioridade” em 2003, e mereceu a seguinte justificativa (retificada) do autor⁴ (imagem 1).

As regalias para o setor financeiro prosseguiram durante todos esses anos de governo do PT, que deu prioridade ao superávit primário a todo custo, praticando rigoroso ajuste fiscal sobre os gastos e investimentos sociais, a fim de reservar recursos para garantir os juros da chamada “dívida pública”.

O Brasil é o país que mais gasta com juros. Tanto os juros incidentes sobre os títulos da chamada “dívida pública”, como os juros pagos pela sociedade em geral nas



operações de crédito (empréstimos, cheque especial, cartão de crédito etc.) são disparadamente os mais elevados do mundo!

O beneficiário dessa generosa aberração é o setor financeiro privado nacional e internacional. E o maior responsável: o Banco Central do Brasil (BC).

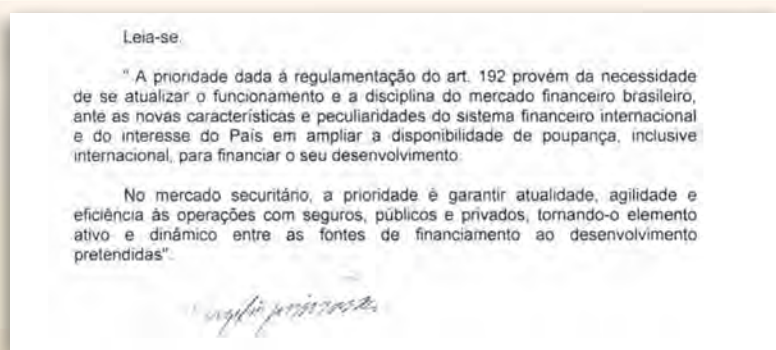
Por mais incrível que possa parecer, a atuação do BC tem impedido que os bancos reduzam as taxas de juros cobradas da população e empresas. É simples: o BC absorve todo o excesso de moeda que os bancos têm em caixa, entregando-lhes títulos da dívida interna que rendem os maiores juros do mundo. Essa operação recebe o nome de “operação compromissada” ou “de mercado aberto”, e pode durar de alguns dias a vários meses. Atualmente, um trilhão de reais em títulos da dívida estão sendo utilizados nessas operações. O que significa isso? Significa que um trilhão de reais poderiam estar no caixa dos bancos, obrigando-os a competir entre si e ofertar taxas de juros mais atraentes, o que provocaria uma forte queda nas escorchantes taxas cobradas pelo setor financeiro no Brasil.

No caso da taxa básica de juros, é o BC que convoca e realiza as reuniões com investidores que

irão influenciar a decisão sobre a taxa SELIC. Tais reuniões acontecem trimestralmente, para estimar previsões de inflação, juros, e outras variáveis que balizarão as decisões do COPOM⁵, e contam com a participação quase exclusiva de representantes do próprio mercado financeiro, que detém a imensa maioria dos títulos da dívida⁶. É evidente a existência de conflito de interesses, pois justamente os interessados em continuar recebendo as elevadas remunerações dos juros são os consultados, e sua recomendação é adotada pelo COPOM, sem qualquer crivo ou sequer debate por parte do Congresso Nacional. A taxa passa a vigorar como “lei” e ponto final.

Também é o BC que realiza os leilões para a venda dos títulos da dívida emitidos pelo Tesouro Nacional. Na prática, esses títulos têm sido vendidos a taxas bem superiores à SELIC, pois os “dealers” privilegiados que participam desses leilões e detêm a prioridade de comprar os títulos em primeira mão só compram os títulos se os juros oferecidos atingirem o patamar que eles desejam. Caso contrário, simplesmente não compram. Como o governo está refém do mercado financeiro, acaba ofertando ta-

Imagem 1



xas de juros cada vez mais elevadas.

Vivemos uma verdadeira ciranda financeira no Brasil. Em um dos países mais ricos do mundo, onde faltam recursos para áreas essenciais como educação, saúde, saneamento básico e infraestrutura, não faltam recursos para os abundantes juros que tornam o país o local mais lucrativo do mundo para os bancos.

Isso não acontece por acaso. Faz parte de um plano de governo e de compromissos assumidos durante a campanha, que garantirão o seu financiamento.

Apesar do clamor social por uma reforma política que tem como princípio fundamental o fim do financiamento privado de campanha, setores poderosos, tais como bancos e grandes empreiteiras, têm sido os maiores financiadores de campanha no Brasil. Financiam ao mesmo tempo candidatos de ideologias aparentemente opostas, mas com chances de vencer as eleições.

Só a campanha de Dilma recebeu, em 2014, doações no valor de R\$ 24.189.769,17⁷ provenientes de bancos, sem contar o que o PT também recebeu do setor financeiro.

Dilma venceu as eleições com discurso decisivamente voltado para o atendimento dos direitos sociais. Uma de suas frases mais veiculadas durante a campanha foi: “Tem coisas que eu não concordo, como mexer nos direitos do trabalhador, e não abro mão nem que a vaca tussa!”

Em termos de política macroeconômica, seu programa de governo assumiu o compromisso com o “rigor fiscal” e elegeu o “controle da inflação” como prioridade absoluta: “O controle da inflação foi mantido, sempre, como prioridade de nossos governos, e assim continua.”

Passadas as eleições, direitos sociais têm sido ameaçados sob a justificativa de realizar o ajuste fiscal e garantir mais recursos para os

juros, ao mesmo tempo em que o controle de inflação exercido pelo BC tem se baseado unicamente nos aumentos dos juros. Dessa forma, todas as medidas levam ao privilégio do setor financeiro.

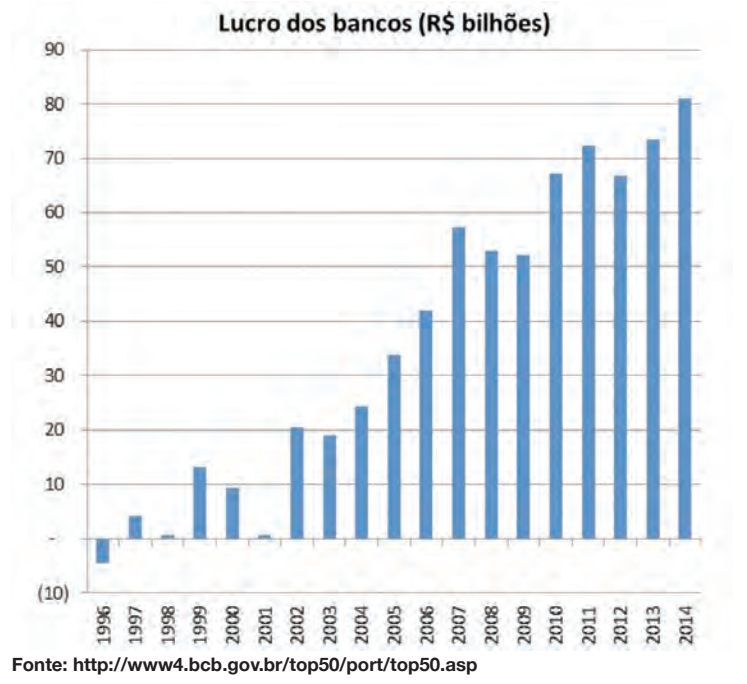
É evidente que toda a sociedade apoia um controle da inflação; porém, os instrumentos que vêm sendo utilizados pelo Banco Central não estão de fato combatendo a inflação, mas se prestam a promover brutal transferência de recursos públicos para o setor financeiro privado – nacional e internacional – a elevadíssimo custo interno tanto financeiro como social, e por isso precisam ser revistos⁸.

A elevação da taxa SELIC tem sido o principal instrumento adotado para justificar o combate à inflação, tanto atualmente⁹ como em vários períodos anteriores. Ocorre que a inflação verificada no Brasil – decorrente de elevação do preço de tarifas controladas pelo próprio governo (energia, telefonia, água, combustível, transporte público etc.) e de alguns alimentos (devido à sazonalidade e a equívocos históricos na política agrícola) – não é combatida quando se aumentam os juros. Pelo contrário, o aumento de juros pode provocar aumento de custos e ainda mais inflação.

Assim, não está havendo um controle de inflação efetivo, mas está sendo garantida a elevação da remuneração e da transferência de renda ao setor financeiro.

O impacto dessas benesses ao setor financeiro reflete no endividamento público, que já atinge cifras estratosféricas: em dezembro de 2014 a dívida interna chegou a R\$ 3,3 trilhões e a externa a US\$ 554,7 bilhões¹⁰. Somente em 2014 foram consumidos R\$ 978 bilhões com o pagamento de juros e amortizações da dívida pública federal. O orçamento proposto pelo Poder Executi-

Gráfico 1



vo para 2015 reserva R\$ 1,356 trilhão para os gastos com a dívida pública, o que corresponde a 47% de tudo que a União vai arrecadar com tributos, privatizações e emissão de novos títulos, entre outras rendas. Este valor representa, por exemplo, 13 vezes os recursos para a saúde, 13 vezes os recursos previstos para educação ou 54 vezes os recursos para transporte e confirmam, de forma incontestável, o privilégio do Sistema da Dívida.

Definitivamente, não se pode dizer que temos um governo de esquerda no País.

* É coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida (www.auditoriacidada.org.br e <https://www.facebook.com/auditoriacidada.pagina>). Foi membro da Comissão de Auditoria Oficial da dívida equatoriana (2007/2008) e assessora da CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados (2009/2010). Foi convidada para integrar a Comissão de Auditoria da Dívida da Grécia a partir de abril de 2015.

1 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

2 http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1234474&filename=Dossie+-PEC+53/1999

3 <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=106480>

4 Deputado Federal Virgílio Guimarães (PT/MG) http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1234329&filename=Dossie+-PEC+10/2003

5 Comitê de Política Monetária - <http://www.bcb.gov.br/?COPOMHIST>

6 Voto em Separado da CPI da Dívida Pública, pág 9 – Disponível em <http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Voto-em-separado.pdf>

7 <http://inter01.tse.jus.br/spcweb.consulta.receitasdespesas2014/>

8 “Inflação e Dívida Pública”, publicado pelo Le Monde Diplomatique Brasil:

<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=942>

9 Desde as eleições realizadas em outubro/2014 até o momento, a SELIC já subiu 16%, atingindo o patamar de 12,75%a.a., e nova reunião do COPOM convocada para 29/04/2015 anuncia mais uma elevação.

10 <http://www.auditoriacidada.org.br/entenda-os-numeros-do-dividometro-e-do-estoque-da-divida/>

“É um começo de um governo enfraquecido, que tenta se recompor aceitando diagnósticos que anteriormente não eram seus, que vêm do mercado financeiro.”

Marcio Pochmann concluiu o doutorado em 1993 pela Unicamp e atuou como consultor de diversas instituições, como Sebrae, Fiesp, Dieese, OIT, Unicef e Cepal. Dirigiu a Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de 2001 a 2004 durante o governo de Marta Suplicy. Em 2007, assumiu a presidência do Ipea, cargo do qual se desligou para concorrer à Prefeitura de Campinas em 2012. De volta à Unicamp, Pochmann concedeu entrevista ao JE, na qual analisa as opções de Dilma no segundo mandato.

P: Por que Dilma não faz um governo de esquerda?

R: A Presidenta Dilma foi eleita para quatro anos, então não acho que a gente pode julgar o governo que apenas se inicia. No entanto, esse início aponta pela avaliação que a Presidenta fez do resultado eleitoral. As decisões econômicas resultam de uma avaliação acerca da crise política, que se instalou em função do resultado eleitoral, que não produziu uma maioria política. De um lado, temos uma oposição que foi derrotada nas eleições, mas que adota uma dinâmica distinta daquela verificada em eleições anteriores, quando o resultado eleitoral gerava a desmobilização da máquina eleitoral e a oposição aguardava mais ou menos seis meses para poder se manifestar, dando crédito ao governo eleito para implantar suas políticas. Esse é um quadro diferente do que nós tivemos nessa experi-

ência democrática continuada que temos de 1985 para cá. Algo parecido com a eleição de JK, que se elegeu e havia dúvidas de que iria tomar posse e sofreu várias tentativas de golpe de Estado.

A oposição está unida, enquanto a base do governo se enfraqueceu. O governo se reformulou, do ponto de vista de seus ministros, mas isso não trouxe uma convergência entre os partidos. É um começo de um governo enfraquecido, que tenta se recompor aceitando manifestações e diagnósticos que anteriormente não eram seus, que vêm do mercado financeiro, daqueles que estavam justamente na oposição.

P: Como você avalia a situação econômica atual?

R: Todos os países relevantes vêm apresentando um dinamismo bem abaixo do que apresentavam antes de 2008. Se você fizer uma comparação no desempenho dos paí-



ses em 2008-2014 e 2000-2007, você vai ver que os EUA crescem 30% do que cresciam antes, o Brasil 45%, a China cresce 75%, a Índia, que tem o melhor desempenho, cresce 85%. A crise de 2008 estabeleceu um regime de crescimento muito baixo. O Brasil resistiu a isso com políticas anticíclicas, que foram positivas, evitaram que a dramaticidade da crise se debruçasse sobre os mais pobres. O Brasil

continuou reduzindo pobreza, aumentando emprego, elevando a taxa de salários etc. Obviamente isso levou a uma exaustão. Mas a economia não vinha mal em 2014. Estava com um desempenho baixo, mas a inflação dentro do controle. Precisava evidentemente de ações, mas nada brusco.

O que levou às ações que nós estamos acompanhando hoje é uma análise da presidenta Dil-

ma e de seus assessores de que a eleição passada não produziu uma maioria e, portanto, gerou uma crise política. E essa crise política vem sendo enfrentada nessa modalidade. Eu particularmente acredito que não vai produzir resultados efetivos para o país, mas é uma tentativa que está sendo feita.

P: A dívida pública brasileira consumiu 45% do orçamento na União no ano passado e é o principal item que desequilibra as contas públicas. Não é uma contradição você cortar os pequenos gastos com direitos trabalhistas etc., e ao mesmo tempo aumentar a taxa Selic?

R: A minha percepção é de que as medidas tomadas respondem a um problema político. Não acredito que essas medidas que estão sendo tomadas produzam resultados melhores. A meu modo de ver, elas agravam a crise política. De um lado você toma medidas que enfraquecem sua base social sem trazer o apoio da oposição. A tentativa era, do ponto de vista político, tomar medidas que pudessem trazer ou dividir a oposição, ou seja, buscando reconstituir uma maioria política que passasse pela divisão da própria oposição – porque você trouxe gente do outro lado, trouxe para Ministro da Fazenda quem havia sido um dos formuladores do plano do candidato derrotado.

Isso não é uma novidade, porque no início do governo do Presidente Lula, o Henrique Meirelles havia sido deputado federal eleito pelo PDSB. Não é novidade dividir a oposição e trazer para seu campo, ampliando a sua maioria. Isso faz parte de uma estratégia de natureza política, num país de débil organização, num país que não tem tradi-

ção democrática, num país em que o último governo de esquerda havia sido há muito tempo – e sido interrompido por um golpe de Estado. Então eu entendo isso como sendo da natureza do jogo político.

Nesse início do segundo mandato da Presidenta Dilma, essa perspectiva de certa maneira se estabeleceu. Você trouxe gente que não havia apoiado Dilma, tentou trazer o agronegócio, que não fez parte da campanha da Presidenta Dilma, colocando uma ministra identificada com esses interesses; você trouxe um líder industrial, o Armando Monteiro, do PTB, que não estava próximo ao governo, e cujo partido abandonou a frente política, e o próprio Ministro Levy, que é alguém vinculado ao sistema financeiro, que não estava junto com o governo. Então eu entendo que foi uma tentativa de atração, de divisão da oposição na tentativa de reconstruir uma maioria política em função do resultado eleitoral.

O ajuste das finanças públicas está sendo feito no controle dos recursos na boca do caixa. Essa é a pior forma de fazer ajustes porque é um corte linear, e você está tendo resultados inquestionáveis. Está começando a parar o governo, a parar obras.

P: Essa questão da Selic você não considera crucial?

R: Sim, você tem toda razão, porque de um lado você corta gastos de custeio, mas de outro aumenta o gasto financeiro. O gasto de custeio gera emprego e renda. O gasto financeiro gera concentração de renda, não gera empregos, e sim os destrói.

P: Você acha que o aumento da Selic é efetivo para reduzir a inflação?

R: Imagina! Não se combate infla-

ção de preços administrados com o aumento da taxa de juros. Essa inflação que saiu acima da meta é uma inflação construída pelo próprio governo, que liberou preços administrados. A inflação que está aí é resultado do aumento do preço dos combustíveis, da energia elétrica etc.

E eu nem acredito que a taxa de juros tenha a ver com o problema inflacionário. Tem a ver com a fragilidade das contas externas. Nós temos um déficit em conta corrente entre quatro e cinco por cento do PIB. Mais uma vez, estamos usando o diferencial entre a taxa de juros real nacional e a internacional para poder atrair capital especulativo para fechar as contas.

P: A gente já está em recessão, caminhando para um aprofundamento. Você acredita que isso pode determinar o fim do ciclo petista no poder, ou é possível que o governo se recupere e o Lula venha a se eleger em 2018?

R: Ainda é muito cedo para fazer qualquer avaliação dessa natureza. Não acredito que isso signifique que o governo está com um fim já estabelecido. Eu até acho que estamos caminhando para o ponto ótimo da crise. O que eu quero dizer com isso? O que acontece é o seguinte: estamos diante de uma crise profunda do capitalismo. A mais grave desde os anos 1970. Sete anos já de uma crise iniciada em 2008 e que até agora não tem resultado concreto. Nenhum país saiu de forma soberana. Os EUA, que diziam que iriam sair, estão completamente desorganizados, com crise de infraestrutura, problemas sérios de apagão energético. A Europa até agora não cresceu nada em relação a 2008, então é um quadro internacional muito desfavorável.

P: Por que, com o PT no poder desde 2003, não houve e continua não havendo um planejamento de médio e longo prazo para o país? A esquerda abriu mão de um planejamento estratégico que possa inserir o Brasil como *player mundial*?

R: Pegue as experiências recentes dos trabalhistas na Inglaterra, os socialistas atualmente na França ou os socialistas na Espanha, qual a experiência concreta de planejamento? A queda do muro de Berlim demonstrou o próprio envelhecimento da esquerda, a sua dificuldade em conviver com esse capitalismo financeirizado, com a liberalização dos mercados. A gente precisa olhar um contexto mais amplo. É um problema do PT, da esquerda brasileira? Certamente, mas na história republicana brasileira quando se viu uma unidade programática que tenha durado 12 anos? Só Getúlio de 1930 a 45. Na ditadura também teve 21 anos de certa unidade programática. Mas nenhuma na experiência democrática. Nós temos uma experiência democrática construída no Brasil a partir do PT num quadro de maioria política bastante complicada. João Goulart tinha uma plataforma muito mais ousada que o PT. Mas eram ideia sem uma maioria política que permitissem que elas fossem colocadas em prática. Há um realismo de parte do PT – o que não reduz os erros – mas é preciso ter uma visão um pouco mais ampla, que pé o seguinte: com quem você pode contar para fazer medidas mais ousadas, num Congresso, num sistema político fracassado como o que temos hoje, em que as eleições não produzem maiorias políticas? Sem maioria política não se faz um governo.

Anamnese de uma derrota

Paulo Passarinho*

As manifestações do dia 15 de março representaram mais um capítulo do esgotamento da era das imposturas. Muito além de simbolizarem uma forte oposição e descontentamento com o governo Dilma, o sistema de representação partidário ou a corrupção sistêmica, o que mais uma vez observamos – assim como já havia ocorrido nas jornadas de junho de 2013 – é a absoluta falência do modelo de país que estamos construindo nos últimos vinte e um anos.

Daquela feita, assim como no último dia 12 de abril, o que assistimos, contudo, não deixa de ser uma novidade: manifestações que apontam suas críticas – e ódios repressados – à esquerda, especialmente ao PT e às suas lideranças, agora identificadas com a incompetência, com a mentira e com a corrupção. É destacando esse fato que procurarei responder ao tema que me foi sugerido pela editoria do JE, sobre as razões que levam o atual governo a não adotar uma posição “à esquerda” para enfrentar a atual crise que atravessamos.

A resposta a essa pergunta se relaciona à constatação que o PT, apesar de sua origem, de sua pregação retórica em defesa do socialismo e da sua postura – quando na oposição – contrária ao modelo neoliberal, uma vez tendo a oportunidade de governar, ao ganhar as eleições presidenciais de 2002, optou por um padrão de governabilidade baseado na ordem construída a partir de 1990, com os governos de Collor e FHC. À época, a justificativa para essa verdadeira inflexão nas posições históricas do

PT foi uma alegada “correlação de forças”, desfavorável às mudanças que durante anos foram defendidas pelo partido.

Há muitas dúvidas a respeito de tal avaliação. Naquele momento, vivíamos na América Latina uma onda de profundo descontentamento com os governos de orientação neoliberal, que haviam predominado no nosso continente ao longo dos anos 1990. Não sem razão, em diversos países da região tivemos a chegada aos governos de partidos ou coalizões que encarnavam as esperanças de uma nova ordem, distinta do modelo defendido pelo sistema financeiro internacional. Aqui no Brasil, particularmente, a esquerda mundial manifestava grande esperança com as possibilidades de mudanças, justamente pelo fato de termos um partido de bases populares, dirigido por uma liderança com o carisma e representatividade popular de Lula, além de um conjunto de organizações, como a CUT e o MST, que ampliavam a base de apoio para um projeto de transformações estruturais da nossa sociedade.

A rigor, as novas posições assumidas pela cúpula do PT a partir de 2002 significaram a renúncia desse partido à hegemonia que se construiu no Brasil ao longo dos anos 1990. Paradoxalmente, apesar das crises que sofremos em 1997, 1998 (com a necessidade de recorrermos ao FMI), 2001 e 2002, a avaliação que predominou na direção da campanha de Lula, frente à perspectiva de vitória eleitoral, foi a manutenção da política macroeconômica baseada no tripé câmbio flutuante/metras de infla-

ção/metras de superávit primário. Na verdade, ao contrário de um dos slogans da campanha de Lula em 2002, o medo – ou a covardia – predominou em relação à esperança. A dita governabilidade que o PT optou por construir procurava abolir a possibilidade de conflitos com a classe dominante.

Nomeando um representante da comunidade financeira internacional para a direção do Banco Central e adotando uma política de forte restrição monetária e rigoroso arrocho fiscal (superávit fiscal de 4,25% do PIB) o governo de Lula reverteu as expectativas negativas do “mercado” e paulatinamente capitalizou o excepcional *boom* internacional das commodities agrícolas e minerais. Os sucessivos e crescentes saldos da balança comercial, especialmente entre os anos de 2003 e 2007 – com resultados que nos permitiram registrar saldos positivos nas contas correntes do país – derrubaram o risco-país, melhoraram as condições de captação externa das empresas e possibilitaram uma inédita expansão do crédito interno, apesar da manutenção das elevadas taxas de juros.

Este “virtuoso” processo complementou-se por uma permanente e importante política de recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo e programas de transferência de renda aos mais pobres que, juntamente com a nova realidade do mercado de crédito, sustentou uma forte demanda interna, via consumo das famílias, com a oferta de bens e serviços sendo ampliada através de forte importação de máquinas, equipamentos, peças, componentes e bens finais. Em resumo: as excep-



cionais condições políticas e econômicas que poderiam nos ajudar na transição para um novo modelo econômico foram aproveitadas para a reafirmação do modelo dos bancos e multinacionais.

A crise de 2007/2008 coloca em xeque esse caminho, embora a forte participação do crédito público, através dos bancos estatais, tenha sustentado a demanda interna e a continuidade da expansão do emprego, da renda e de um relativo crescimento econômico, ao menos até 2013. O esgotamento desse modelo se revela ao constatarmos que a média da taxa anual de investimento entre os anos de 2003 e 2014 fica abaixo de 19%, mesmo com as fortes injeções de crédito público, direcionadas, contudo, prioritariamente, aos setores voltados à exportação. Mesmo a estratégia que procurou ser desenvolvida no primeiro mandato de Dilma, com a ampla concessão de serviços de infraestrutura (e que agora volta a ser priorizada), mostrou-se muito limitada, especialmente pela exigência dos investidores de taxas de retorno muito elevadas, em meio à manutenção de altas taxas de juros, sempre sob o pretexto do combate à inflação.

O resultado que hoje temos é a volta de um baixo dinamismo econômico, que se traduz na estagnação do crescimento, regressão industrial, desnacionalização produtiva, forte endividamento público, elevada dívida externa privada e desequilíbrio das contas externas. Entretanto, esse grave quadro econômico não sinaliza – ao menos até agora – nenhuma possibilidade de reversão do modelo econômico vigente.

Mais grave, o lulismo – a nova face assumida pelo PT pós-2002 – reforçou a crença que aponta que

a partir do lançamento do Plano Real teríamos iniciado a superação dos problemas decorrentes da chamada crise da dívida externa dos anos oitenta e suas consequências econômicas e sociais. Não raro, é muito comum a apresentação de avaliações que apontam que a partir de então fomos paulatinamente obtendo conquistas típicas de sociedades que encontram o caminho da “estabilidade e do desenvolvimento”: o fim da inflação, a disciplina fiscal, o crescimento econômico, o fim da miséria e a distribuição de renda.

Neste quadro, o aprofundamento da nossa condição de país subdesenvolvido e dependente foi substituído pela ilusória propaganda, intensa e falsa, de um suposto *neodesenvolvimentismo*, acompanhado igualmente pela suposta inclusão de milhões de brasileiros e um inédito processo de distribuição de renda. Mas, o mais dramático dessa nossa triste história recente é que o PT, apesar de sua base popular, deixou de ser um partido de esquerda, não tem mais essa vocação e não mais acredita em uma perspectiva que coloque as históricas reformas estruturais na ordem do dia. Converteu-se ao credo dos bancos e multinacionais e passou a acreditar – com o silêncio dos seus intelectuais – nas imposturas. Não alterou em nada o projeto que está em curso no país, desde os anos 1990. Por isso, não tivemos – desde 2003 – reforma agrária, mudança do modelo agrícola, reforma urbana, reforma tributária ou uma reforma previdenciária para fortalecer – e não enfraquecer – o sistema público de previdência. Por isso, também, as privatizações não foram revistas e nem a auditoria da dívida foi realizada. Por isso, a mercantilização dos serviços de saúde e educação,

com o apoio do Estado e suas verbas públicas, se acentuou.

A inclusão que de fato avançou foi de natureza mercantil, sustentada pela recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo e pela expansão do crédito com altíssimas taxas de juros. Não é de menor importância o acesso de amplas camadas da população aos bens de consumo, em um país marcado pela exclusão e pela miséria. Contudo, confundir esse tipo de mudança nos padrões médios de consumo com a inclusão social que precisamos promover no país é uma impostura.

O mesmo pode ser dito sobre a suposta melhoria na distribuição de renda. O estudo “O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares 2006 – 2012”, de autoria dos pesquisadores da Universidade de Brasília Marcelo Medeiros, Pedro Ferreira de Souza e Fábio Ávila de Castro, com base em informações do Im-

posto de Renda de Pessoas Físicas, impressiona pelas suas conclusões. No período considerado, o grupo 1% mais rico da população concentrou em média quase 25% da renda gerada no país. Mesmo dentre esse seletto segmento, a desigualdade predomina, pois o 0,1% do topo ficou com 11% da renda e os restantes 0,9% com 14%. Considerando-se os 5% mais ricos – apropriando-se de 44% da renda –, a desigualdade entre esses também chama a atenção: 1% com 25% da renda e os 4% restantes com 19% da renda.

No momento em que se coloca a emergência de um ajuste fiscal, caso tivéssemos um partido de esquerda no governo, haveria claramente alternativas ao que está sendo proposto. Mas não é esse o caso. Os caminhos alternativos à receita dos bancos e multinacionais foram, ao menos por ora, abortados. E justamente pelo próprio PT.

* É economista e apresentador do Programa Faixa Livre.



O fim da impostura

Plínio de Arruda Sampaio Jr.*

A decisão do Partido dos Trabalhadores de sancionar os fundamentos do Plano Real – sacramentada na famigerada Carta aos Brasileiros de 2002 – comprometeu os mandatos de Lula e Dilma com a inserção subalterna na ordem global e a reprodução das mazelas do capitalismo dependente. Ao renunciar a qualquer iniciativa que pudesse desafiar o capital internacional e ameaçar os privilégios aberrantes da plutocracia brasileira, Lula e Dilma tornaram-se instrumentos do *status quo*, definitivamente afastados do campo político dos que se batem contra a exploração dos trabalhadores.

Mantendo a economia brasileira exposta à fúria da concorrência global e aos vendavais dos fluxos especulativos de capitais internacionais, os governos petistas revigoraram o padrão de acumulação de riqueza baseado na integração subalterna aos circuitos mercantis e financeiros que impulsionam a expansão do mercado mundial e a reprodução ampliada de capital em escala global. A lógica dos grandes negócios aprofundou a desarticulação do sistema econômico nacional. A desindustrialização e a perda de controle sobre os centros internos de decisão, patentes no desmonte da indústria de transformação e na absoluta falta de controle sobre os fluxos de capitais internacionais, comprometeram a capacidade de o Estado brasileiro defender a economia popular e preservar os interesses estratégicos da Nação.

Colocando-se no espectro esquerdo do *status quo*, os governos

do PT desdobraram-se para conciliar as exigências do grande capital com as medidas assistencialistas e compensatórias destinadas a mitigar o sofrimento do povo e preservar a “paz social”. Sem romper com os parâmetros da ordem, o raio de manobra da política econômica ficou limitado à opção pelo mal menor:

a) o estímulo ao crescimento econômico, dentro das possibilidades sobredeterminadas pela conjuntura internacional;

b) a redução da concentração pessoal de renda, dentro de um padrão de acumulação que não pode abrir mão da superexploração do trabalho;

c) a maior intervenção do Estado na economia, dentro das restritas possibilidades de um aparelho de Estado intrinsecamente neoliberal e patrimonialista, que submete o setor público aos imperativos dos grandes e pequenos negócios; e

d) a elevação do gasto público, dentro da situação de penúria permanente imposta pelo garrote a serviço do capital rentista – institucionalizada na Lei de Responsabilidade Fiscal – que transforma o investimento e a política social em variável de ajuste das contas públicas.

Enquanto a economia cresceu, as contradições de uma modernização mimética que reproduz o subdesenvolvimento permaneceram em estado latente e o caráter antinacional e antissocial da administração de Lula e Dilma ficou camuflado. A sensação de melhoria nas condições de vida gerada pela ampliação do emprego e pelo acesso da população carente às franjas inferiores do mercado de bens de consumo conspícuos, educação su-



perior e habitação alimentou o sentimento de que os problemas fundamentais do povo estavam sendo paulatinamente incorporados às prioridades do Estado.

O fim do efêmero e instável espasmo de crescimento que impulsionou a economia brasileira entre 2004 e 2011, determinado fundamentalmente pelo ciclo especulativo que elevou os preços das *commodities* e incentivou um gigantesco afluxo de capitais para os chamados mercados emergentes, revelaria as frágeis bases do “melhorismo” petista. A inflexão na conjuntura internacional deixou o país à deriva. Do dia para a noite, o sentimento de que o Brasil havia encontrado o seu futuro deu lugar à apreensão em relação à impotência para enfrentar a crise.

As incertezas em relação às novas frentes de expansão da economia brasileira deprimiram as expectativas dos empresários. O sobre-endividamento comprometeu a capacidade de consumo das famílias. A Lei de Responsabilidade Fiscal vetou qualquer possibilidade de utilizar o gasto pú-

blico como política anticíclica. A incapacidade de competir com os produtos importados acentuou as tendências recessivas.

A expectativa de elevação da taxa de juros norte-americana, provocada pelo anúncio do fim da política de estímulo monetário, colocou a ameaça de estrangulamento cambial no horizonte do Brasil. Preso à armadilha da especulação financeira em escala global, o governo Dilma foi obrigado a elevar os juros a níveis estratosféricos e queimar reservas internacionais a fim de dissuadir a fuga de capital e evitar uma desvalorização selvagem da moeda.

O desperdício de recursos públicos em projetos faraônicos e antissociais para beneficiar empreiteiras, mineradoras e agronegócio, os gastos monumentais com a Copa do Mundo e as Olimpíadas, que turbinaram a especulação imobiliária nas grandes cidades, a escalada da corrupção para financiar os partidos da base aliada, que tem nas operações Lava Jato e Zelote seus exemplos mais escandalosos, e, sobretudo, as despesas amazônicas com pagamento de juros e amortização da dívida pública, que consumiram aproximadamente 45% de todo o orçamento federal, impediram que o dinheiro público fosse utilizado para desenvolver a infraestrutura econômica e enfrentar os graves problemas sociais do país.

A subordinação da administração da dívida pública à política de metas inflacionárias criou uma armadilha institucional que deixa o Brasil completamente refém dos humores do mercado. Ao vincular o aumento de reservas internacionais à expansão de títu-

los públicos, o passivo externo e a dívida pública entrelaçaram-se inextricavelmente, aprofundando a vulnerabilidade da economia brasileira às vicissitudes do capital internacional. Nesse contexto, a entrada maciça de capitais estrangeiros, incentivados pela especulação em *carry trade*, funcionaria como uma bomba-relógio de grande impacto destrutivo, pois, quando os fluxos de capitais invertem o caminho, realizando os gigantescos lucros obtidos na ciranda financeira, o Brasil ficaria sujeito a uma crise cataclísmica, combinando estrangulamento cambial draconiano e desequilíbrio agudo das finanças públicas. O adiamento da elevação dos juros dos Estados Unidos protelou o estouro da boiada, mas não desanuviou a percepção generalizada de que a tormenta se aproxima.

Entre 2012 e 2014, tudo que parecia sólido começou a se des-

manchar. A euforia “neodesenvolvimentista” de que o Brasil havia superado o subdesenvolvimento e estaria em vias de se tornar uma potência emergente foi substituída pela percepção de que a sociedade brasileira voltaria a viver sob a ameaça de descontrole inflacionário, estagnação econômica, desemprego aberto, estrangulamento cambial e desorganização das finanças públicas. Sem ter resolvido nenhum dos problemas fundamentais do povo, os doze anos de “melhorismo” petista terminaram sob o espectro de uma nova ofensiva sobre o trabalho e as políticas públicas.

Ao referendar a agenda do grande capital, sancionando o consenso conservador de que a crise deveria ser enfrentada com um convencional ajuste neoliberal, Dilma comprometeu seu segundo mandato com políticas abertas e inequivocamente regressivas e antinacionais. A expectativa

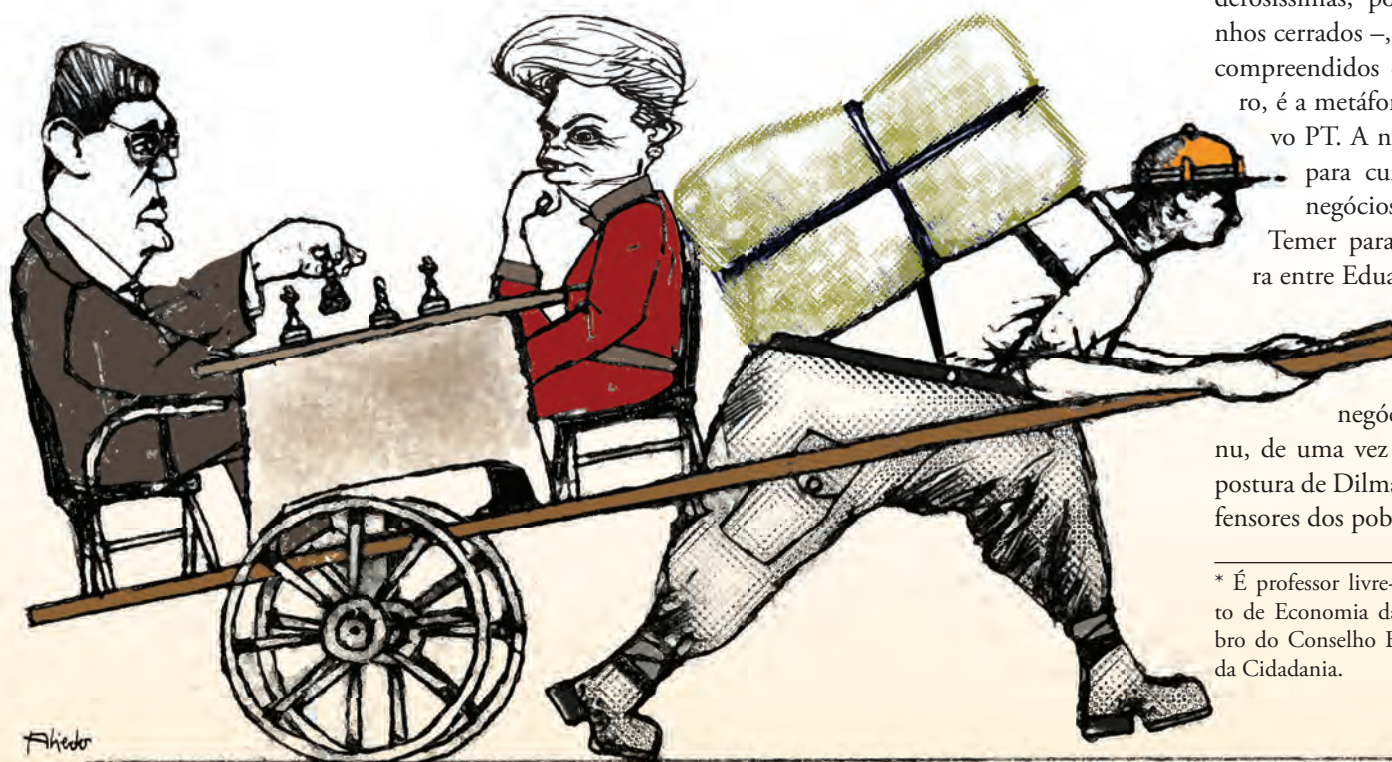
va de que seria possível combinar um “ajuste” preventivo com a preservação da “paz social” transformou a candidata do PT na campeã incontestada de arrecadação de dinheiro junto às grandes empresas. A demagogia do “coração valente” como símbolo de um compromisso histórico com os valores de esquerda era puro engodo.

O receituário ortodoxo é conhecido e seus efeitos também. Para viabilizar a transferência de recursos ao exterior decorrente do aumento dos compromissos relacionados com a expansão do passivo externo, o Brasil terá que aumentar os superávits comerciais. A fim de honrar as obrigações com os credores do Estado, o esforço de geração de superávits fiscais terá de ser redobrado. Para saciar a sanha dos capitais em busca de grandes negócios, o Estado terá de promover novas rodadas de privatização e desregulamenta-

ção da economia. A fim de elevar a rentabilidade dos capitais e a competitividade internacional, os salários serão rebaixados, as leis trabalhistas “flexibilizadas”, a política social sacrificada e a tributação das empresas reduzida. Em todas as frentes, o “ajuste” supõe a socialização do ônus da crise, penalizando os segmentos mais débeis da economia e da sociedade; o aprofundamento do processo de liberalização, favorecendo formas parasitárias e predatórias de acumulação de riqueza; e o rebaixamento do nível tradicional de vida dos trabalhadores.

Ao subordinar as condições de vida dos trabalhadores às exigências do capital em tempos de crise, o governo do PT tirou a máscara e revelou seu verdadeiro papel como agente dissimulado da burguesia. A imagem de políticos corruptos em situação vexatória por terem urdido tenebrosas transações para beneficiar empresas poderosíssimas, posando – de punhos cerrados –, como heróis mal compreendidos do povo brasileiro, é a metáfora perfeita do novo PT. A nomeação de Levy para cuidar dos grandes negócios e a indicação de Temer para arbitrar a guerra entre Eduardo Cunha e Renan Calheiros pelo controle dos pequenos negócios colocaram a nu, de uma vez por todas, a postura de Dilma e Lula como defensores dos pobres e oprimidos.

* É professor livre-docente do Instituto de Economia da Unicamp e membro do Conselho Editorial do Correio da Cidadania.



Por que Dilma não faz um governo de esquerda? A economia política dos governos do PT

Marcelo Dias Carcanholo*

Muitos se assustam com o caráter ortodoxo da política econômica aplicada pelo governo nestes primeiros meses do segundo mandato de Dilma Rousseff. Outros tantos chegam a se mobilizar para tentar resgatar um mandato que, presumivelmente, teria que ser de esquerda e, portanto, não deveria implementar um ajuste ortodoxo recessivo para combater os efeitos da crise da economia mundial, algo tipicamente de direita.

Várias questões emergem deste tipo de percepção. O que é uma política econômica de direita ou esquerda? Qual a relação disso com a ortodoxia/heterodoxia em sua formulação? Por que o segundo governo Dilma teria guinado à direita? Começemos respondendo o último, e de maneira provocativa. Dilma não faz um governo de esquerda porque essa nunca foi a proposta. E essa nunca foi a proposta porque não se adéqua à estratégia de desenvolvimento dos governos do PT desde 2003!

Lula se elege em 2002 por conta da crise da estratégia neoliberal de desenvolvimento que havia levado a economia brasileira a píftas taxas de crescimento econômico, crescentes déficits e vulnerabilidades externas e concentração de renda e riqueza nos governos anteriores. Dever-se-ia, portan-

to, reverter essa estratégia. Mas, o que é uma estratégia neoliberal de desenvolvimento? Aqui reside o centro da incompreensão que leva aqueles muitos a se assustarem com a ortodoxia econômica dos governos do PT.

Ao contrário do que se imagina, a estratégia neoliberal de desenvolvimento não é sinônimo de uma política econômica (monetária, fiscal e cambial) ortodoxa e, de alguma forma, é até independente. O neoliberalismo, segundo seus formuladores, se define em um maior nível de abstração, o da estratégia de desenvolvimento. Segundo seus defensores, duas seriam suas características: (i) é necessário obter a estabilização macroeconômica (inflacionária e das contas públicas), como uma precondição, e; (ii) dado (i), são necessárias reformas estruturais (liberalização, desregulamentação e abertura de mercados, junto com amplos processos de privatização) que elevem o papel do mercado na determinação dos preços e quantidades de equilíbrio, retirando as possíveis distorções introduzidas por mecanismos populistas. Com os corretos sinais fornecidos pelo mercado e a elevação do ambiente competitivo, a promessa sempre é a de que crescerá a produtividade e, portanto, a economia, assim como ocorrerá uma redistribuição da renda que for produzida.

A estratégia neoliberal de desenvolvimento se define, portanto, no âmbito dos marcos estruturais da economia. E como se obtém a estabilização macroeconômica (i), pré-requisito para a retomada do crescimento? Com uma política ortodoxa ou heterodoxa? A resposta é direta: pouco importa. Tudo dependerá do ambiente conjuntural. Daí entende-se como a mais pura ortodoxia econômica tinha poucos problemas nos anos 90 do século passado para defender o controle de um preço-chave em qualquer economia, a taxa de câmbio, desde que ela servisse como âncora para a estabilização dos preços. Nesse momento, a economia brasileira convivía com uma política econômica de bandas cambiais, política monetária restritiva de combate à inflação e política fiscal também restritiva, no intuito de obter superávits primários necessários para garantir o pagamento do serviço da dívida pública.

A crise de janeiro de 1999, ainda nos marcos do governo FHC, modificou a conjuntura e, portanto, o caráter da política econômica (regime de câmbio flutuante, com intervenção do Banco Central, regime de metas inflacionárias, manutenção/aprofundamento da política de superávits primários), mas ainda dentro da mesma agenda neoliberal de desenvolvimento.



Quando Lula assume o governo em 2003, o que se modifica? Nada. A política econômica – sob o discurso de manutenção da credibilidade – mantém o mesmo caráter do segundo governo FHC e as reformas estruturais pró-mercado são ampliadas.

Por que os resultados foram diferentes? Por que a economia passou a crescer mais e houve algum tipo de redistribuição desse crescimento? Porque a política econômica mudou? Não. Porque a estratégia de desenvolvimento guinou à esquerda? Tampouco. Simplesmente o que se modificou foi o cenário conjuntural externo, com grande crescimento das economias para as quais a economia brasileira exportava, e com um favorável comportamento dos mercados in-



ternacionais de crédito. Isso permitiu ao governo, mesmo sem nenhuma modificação de estratégia, elevação das taxas de crescimento, sem pressões inflacionárias, e maiores arrecadações do governo, que permitiram algum tipo de política social compensatória.

Mesmo durante esse período do cenário externo favorável (2002-2007) é preciso ressaltar que: (i) a economia brasileira cresceu mais do que em períodos anteriores, mas se comparados com nossos pares da América Latina, só crescemos mais do que a economia

haitiana; (ii) por conta do aprofundamento das reformas liberais, os problemas estruturais de nossa economia se agravaram (a reprimarização das exportações, relativa desindustrialização e forte crescimento do passivo externo). Assim, qualquer reversão do cenário conjuntural externo e esses problemas estruturais crescentes se manifestariam de forma agravada.

Esse cenário externo favorável se modifica radicalmente com a crise da economia mundial em 2007/2008. A partir desse momento, desconsiderando alguns

vacilos iniciais, o governo tentou conter os impactos da crise com desoneração tributária de alguns setores, expansão do crédito para financiar o consumo das famílias e, com isso, garantir mercado para a produção que procurava ser mantida. Tratou-se de uma tímida política econômica anticíclica, não-ortodoxa, mas ainda dentro da mesma estratégia liberal de desenvolvimento.

Com a longa duração da crise econômica mundial, essa política mostrou seus limites: (i) ampliação dos déficits fiscais; (ii) superendividamento das famílias, que restringe o avanço do consumo e compromete grande parcela de suas rendas com mero pagamento de serviços de dívida. Já em 2014, mesmo antes da campanha eleitoral, estava claro que, independente de quem ganhasse a eleição e dos discursos proferidos na campanha, a resposta aos efeitos da crise seria um ajuste ortodoxo, retirando aquele leve ar de heterodoxia que a política econômica anticíclica tinha sustentado até aquele momento.

A razão disso não é – como alguns podem imaginar – que, no final das contas, a teoria econômica ortodoxa tem razão e, portanto, a forma correta de responder aos efeitos de uma crise é aplicando um ajuste recessivo, como, aliás, o atual governo – em outras palavras – quer nos fazer crer. A resposta para isso é que o ajuste recessivo, uma resposta ortodoxa de política econômica para a atual crise, é a única forma conjuntural de garantir os compromissos necessários e assumidos pela atual estratégia de desenvolvimento. Portanto, só é possível entender porque o governo Dilma não faz um governo de esquerda se entendermos a economia política de seu governo, que, aliás, mantém a eco-

nomia política de seu mentor político. Nesta conjuntura, outra política pressupõe outra estratégia de desenvolvimento, o que, por sua vez, pressupõe outra conformação do poder econômico e político.

Um governo realmente de esquerda seria aquele que rompesse – de fato – com a estratégia neoliberal de desenvolvimento e, por conta disso, ao reduzir a vulnerabilidade externa estrutural de sua economia, promovesse uma verdadeira modificação estrutural da concentração de renda e riqueza, que ampliasse os mercados internos – que ainda poderiam ser expandidos com uma verdadeira integração regional, para além dos acordos de livre comércio. Políticas sociais e públicas muito além do mero compensatório dos problemas estruturais que decorrem, justamente, da ampliação das reformas estruturais liberalizantes.

Por que não se faz isso? Porque isso seria alterar os marcos estruturais do desenvolvimento e, portanto, as classes e/ou frações de classe que são beneficiadas pela atual estratégia. Sendo assim, as conclusões não poderiam ser outras. Por um lado, Dilma não faz um governo verdadeiramente de esquerda porque essa nunca foi a proposta. Por outro lado, essa nunca foi a proposta porque, dada a aliança política e de classes que os governos do PT construíram, nunca poderia ter sido diferente.

* É presidente da Sociedade Latino-americana de Economia Política e Pensamento Crítico (Sepla), professor associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e Marxismo (NIEP-UFF) e professor colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF-MST).

Redução da desigualdade sim, da maioridade penal não!

"Compreendemos que crianças e adolescentes respeitados em seus direitos dificilmente serão violadores/as dos Direitos Humanos".

(Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completa neste ano as "bodas de prata" com a sociedade brasileira. Entretanto, a atual "pauta" sobre os direitos da população jovem é sobre a redução da maioridade penal¹. Com o intuito de ampliarmos o debate para além do aspecto jurídico e de valores com forte conteúdo emocional, pretendemos abordar nesta matéria até que ponto o ECA interferiu na priorização das políticas públicas municipais, em termos de recursos orçamentários. Para tanto, utilizaremos a metodologia do Orçamento Criança e Adolescente (OCA), já explicada nas edições anteriores (vide JE de fevereiro a abril/2015).

Esta matéria analisa a própria participação do OCA entre os exercícios de 2002 a 2014 e encerra a série iniciada em fevereiro do corrente ano sobre as políticas públicas destinadas à proteção e desenvolvimento da criança, considerada prioridade absoluta na Lei Maior (art. 227) e em tratados internacionais firmados pelo Brasil nas Nações Unidas.

Os dados financeiros foram corrigidos monetariamente pelo IPCA de janeiro de 2015.

Maioridade Penal

A criação do ECA, em 1990 – importante marco dos direitos humanos no Brasil –, vem sofrendo ataques, sobretudo na questão da

maioridade penal. Cabe salientar que o Estatuto prevê medidas socioeducativas para o menor infrator e aplicadas de acordo com a capacidade de cumpri-la, gravidade e consequência do ato de infração, na seguinte ordem: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviço à comunidade; liberdade assistida; semiliberdade; e internação de três anos.

Em resposta ao projeto de redução da maioridade penal, em curso desde 1993, os defensores dos direitos humanos contra-argumentam com dados da Segurança Pública no Brasil de 2013: apenas 13,3% dos menores infratores cometem crime contra a pessoa; a maioria da população carcerária possui apenas o ensino fundamental (57,46%) e é negra (61,68%), o que evidencia um recorte racista e um déficit do sistema educacional. Cabe ainda ressaltar que o sistema penitenciário encontra-se em escassez de vagas, tendo no estado do Rio de Janeiro, por exemplo, a carência de 2558 vagas. Portanto, com a redução da maioridade penal para 16 anos e, conseqüentemente, mais encarceramento (da população jovem), este problema se agravaria.

Por outro lado, dados levantados a partir do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde demonstram que o estado do RJ é responsável por 60% das mortes de jovens no Brasil causadas pela polícia, durante o período de 2003 a 2012 – um disparate entre crianças e adolescentes assassinadas e as que cometeram crime contra a pessoa. Enquanto 2,9 mil jovens foram pegos cometendo crimes, 11 mil desta mesma faixa etária foram vítimas de homi-

cídio. Assim, o que é de fato necessário para esse público: a punitividade ou mais proteção?

Qualidade de vida sob o ECA

A partir dos dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)² e do Censo - IBGE³ dos anos de 1991, 2000 e 2010 referentes à demografia, educação e vulnerabilidade da cidade do Rio de Janeiro, foi avaliada a qualidade de vida das crianças e adolescentes sob a égide do ECA.

De acordo com a taxa de mortalidade observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.

O IDHM do Rio de Janeiro progressivamente evolui de 0,639 em 1991, considerado de Desenvolvimento Humano Médio, para 0,716 em 2000 e 0,799 em 2010,

que são considerados de Desenvolvimento Humano Alto, embora aquém dos 0,805 da cidade brasileira equivalente, São Paulo. Os aspectos que mais contribuíram para esta evolução foram: a Longevidade, com índice de 0,845, seguida da Renda, com índice de 0,840 e de Educação, com 0,719, sendo que este último apresentou o índice mais crescente em termos absolutos, de 0,236. O IDHM Educação indica a situação da população em idade escolar, avaliando a proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos. A tabela 1 evidencia o avanço.

Entretanto, indicadores de desempenho escolar⁴ são preocupantes: a taxa de reprovação entre 2000-2010 subiu de 5,2 para 16,5; além disso, 62,5% das crianças não foram matriculadas nas creches. Igualmente apreensivo é o fato de as metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) só terem sido alcançadas nas turmas das séries iniciais.

Tabela 1 – Vulnerabilidade Social - município do Rio

Vulnerabilidade Social - Rio de Janeiro - RJ			
Crianças e Jovens	1991	2000	2010
Longevidade, Mortalidade e Fecundidade			
IDHM	0,639	0,716	0,719
CRESCIMENTO POPULAÇÃO INFANTIL			
Esperança de vida ao nascer (em anos)	67,9	70,3	75,7
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	30,2	21,8	13
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	34,5	24,7	14,7
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2	1,9	1,6
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	1,85	3,23	2,6
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	2,94	3,54

Desta forma, cabe demonstrar a participação do gasto com o OCA no orçamento municipal para medir o grau de priorização das crianças e adolescentes na política pública.

O lugar da criança no orçamento

Apesar do considerável aumento de R\$ 2,5 bilhões entre 2002 e 2014 (cerca de 93%), o OCA não acompanhou o crescimento do orçamento municipal (235%), determinando o seu progresso discreto e fazendo com que o seu peso fosse decrescente. De contraponto, o OCA *per capita* da faixa tratada teve um aumento maior (141%) no mesmo período. No entanto, é preciso considerar o comportamento populacional. A população carioca, entre 1991 e 2010, teve uma taxa de crescimento anual de 0,75%; já a população infanto-juvenil apresenta uma taxa decrescente: 0,6% entre 1991 e 2000 e 7,6% de 2000 a 2010. Acredita-se que tanto a diminuição da fecundidade (que passou de 1,9 filhos por mulher em 2000 para 1,6 em 2010) quanto o crescimento da esperança de vida ao nascer (de 70,3 anos para 75,7 para os mesmos períodos) colaboraram para o envelhecimento da população. Assim, o "melhor" desempenho do OCA *per capita* não foi devido às políticas públicas implementadas.

Considerações finais

O direito constitucional à inimizabilidade dos menores de dezoito anos (art. 228) em xeque aliado à desconsideração da prio-

Gráfico 1 – Evolução do Orçamento Municipal e OCA

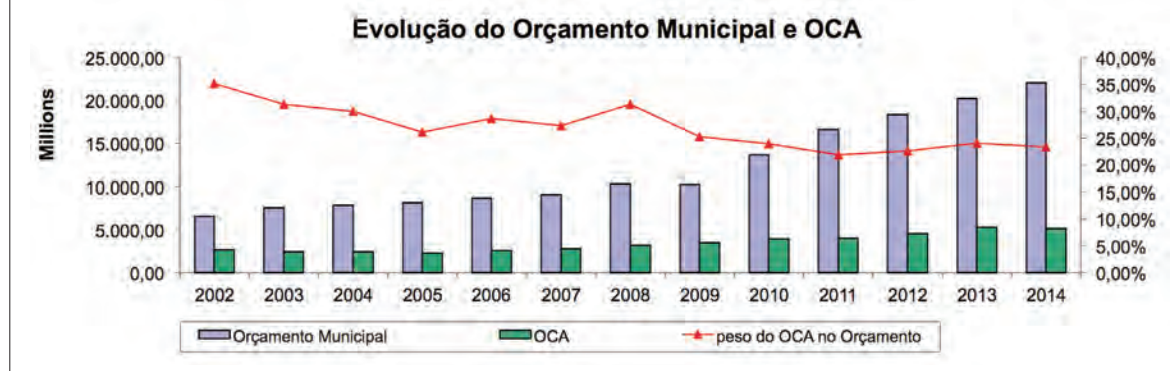
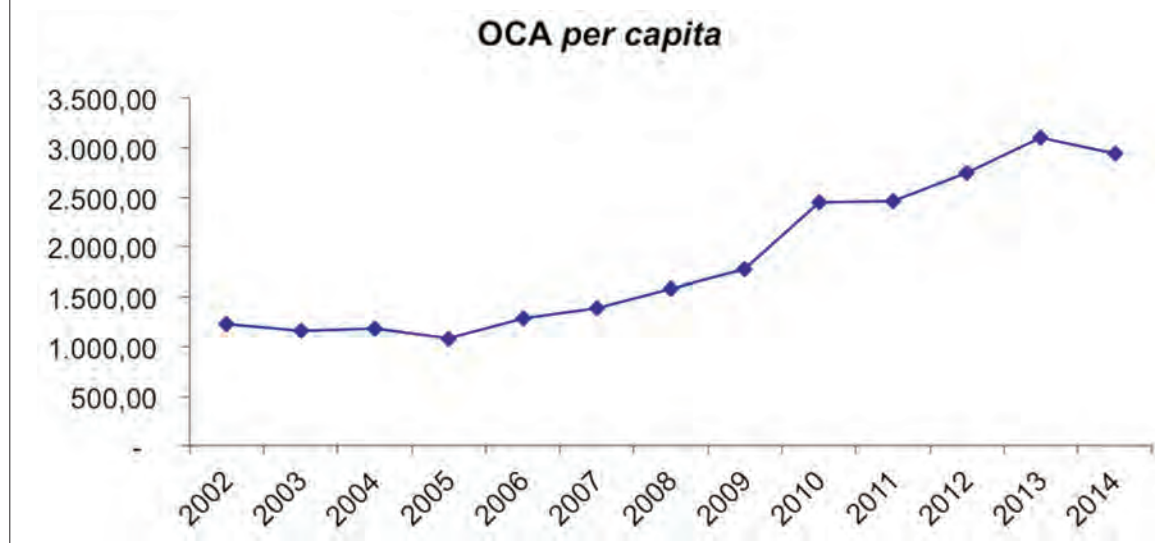


Gráfico 2 – OCA per capita



ridade absoluta das crianças e dos adolescentes (art. 227) molduram um quadro sombrio para o futuro das gerações vindouras.

A título de curiosidade e comparação, no desenho "Os Simpsons", em sua abertura, a personagem Maggie é precificada num caixa de supermercado com o valor de U\$847,63, que representa o custo mensal de uma criança nos EUA em 1989⁵. Tal valor convertido para a moeda brasileira fica em R\$2.703,00 e dista muito do gasto mensal ca-

rioca por criança de R\$102,00.

A partir do ano de 2002 a série "Os Simpsons" muda o valor para U\$486,52 (ou R\$1.552,00), que significa o custo mensal educacional. Novamente ao se comparar com o valor de R\$125,00 gasto, individual e mensalmente, com os 600 mil alunos cariocastambém encontramos aí uma disparidade.

Certamente, o despejo de mais recursos públicos pode não ser razão suficiente para a melhoria da qualidade de vida de nossas crian-

ças, mas a sua diminuição, mesmo que relativa, é, inegavelmente, causa fundamental da sua piora.

1 Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/1993, que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos.

2 www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/rio-de-janeiro_r

3 <http://brasilensintese.ibge.gov.br/populacao>

4 <http://ideb.inep.gov.br/>

5 <http://ossimpsonsmondial.blogspot.com.br/2012/04/o-preco-de-margaret-maggie-simpson.html>

O JE dá prosseguimento à publicação de resumos dos textos vencedores do 24º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado. O trabalho de conclusão de curso de Guilherme Szczerbacki Besserman Vianna, graduado pela UFRJ, foi o quinto colocado no concurso.

Mobilidade Urbana no Brasil: Uma estimativa do produto perdido em trânsito

Guilherme Szczerbacki
Besserman Vianna*

A motivação para o trabalho surgiu através de duas frentes: por um lado, a teórica, após perceber que os problemas indiretos relacionados à mobilidade urbana são maiores do que os normalmente percebidos pela população. Por outro, a empírica, pois começou a se perceber que os moradores de regiões urbanas no Brasil estavam dando mais importância para o setor.

Desde as manifestações de junho de 2013, a mobilidade urbana é um tema que vem ganhando maior espaço no cenário nacional. A rápida urbanização do país não foi acompanhada no mesmo ritmo por investimentos de infraestrutura necessários, levando a constantes aumentos nos congestionamentos de trânsito das grandes cidades e deterioração das condições dos serviços públicos de transportes. Estes problemas, junto com o aumento das passagens, foram o estopim para revoltas populares, chamando assim a atenção das autoridades responsáveis para a crise do planejamento urbano nas principais cidades brasileiras.

Pelo lado teórico, também podemos perceber as diversas externalidades causadas pelos problemas de mobilidade. Em destaque, o produto perdido por trabalhador, o stress, as piores condições de logística para empresas e governos, o aumento da desigualdade social, a poluição gerada pelos automóveis e

os acidentes de trânsito.

O produto perdido ocorre com o tempo excessivo dos trabalhadores para chegar aos seus serviços, reduzindo suas jornadas de trabalho, e, conseqüentemente, seus produtos. O stress do trânsito também pode reduzir a eficiência dos trabalhadores, além de prejudicar suas condições de saúde.

O aumento dos custos em fretes pagos pelas empresas torna o subdesenvolvimento dos transportes um desestímulo para indústrias, provocando redução no investimento de um local. Seguindo a mesma lógica, podemos perceber que o acesso a serviços públicos se deteriora com problemas de mobilidade, reduzindo a eficácia por parte do Estado para o plane-

jamento na oferta de saúde, educação e segurança, podendo assim gerar um novo efeito negativo no produto e na desigualdade social no longo prazo.

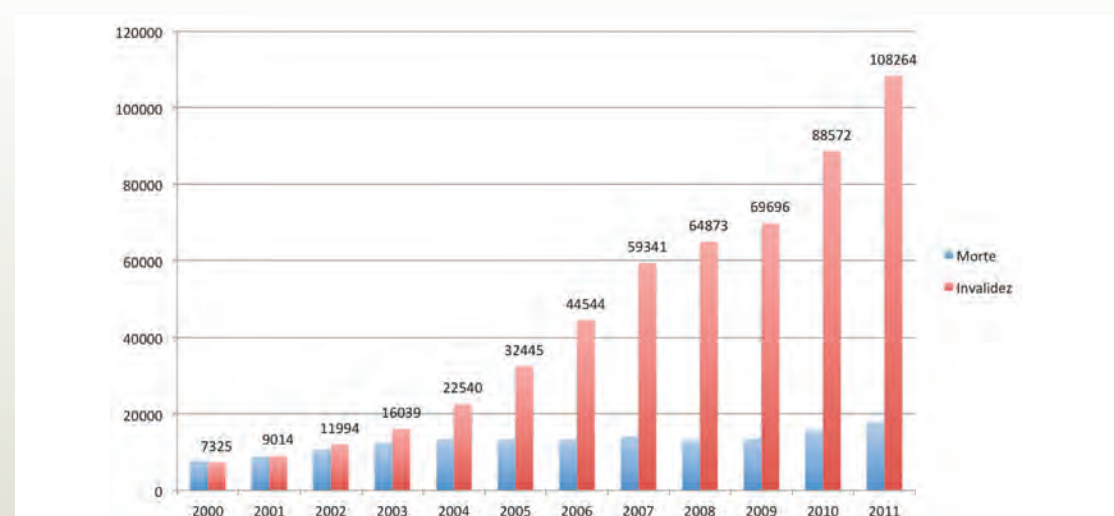
Outro destaque é a relação entre a redução da desigualdade social e a melhoria na oferta de transportes públicos. A população mais pobre costuma morar nas periferias urbanas e, portanto, é a que perde mais tempo com deslocamentos. Além disso, é a parcela da população que, proporcionalmente, gasta mais com transportes.

Com menos carros nas ruas, também é possível gerar benefícios para o meio ambiente, reduzindo as emissões de gases do efeito estufa e a poluição sonora gerada pelos automóveis.

Por fim, é evidente que uma melhoria na oferta de serviços públicos de transporte poderia contribuir para a diminuição na quantidade de acidentes de trânsito, especialmente de motos (pois esse meio de transporte é escolhido para fugir do tráfego de carros e é notoriamente mais perigoso). Essa redução beneficiaria, sobretudo, os jovens, que são os que mais sofrem danos com os acidentes. Podemos observar melhor a relação no gráfico 1, que apresenta a evolução do número de acidentes envolvendo motocicletas ao longo dos últimos anos.

Mesmo com os notórios problemas causados pelas deficiências de mobilidade no Brasil, a política atual não parece apontar em uma direção de melhoria na oferta pú-

GRÁFICO 1: Evolução das Ocorrências de Morte e Invalidez Permanente Envolvendo Motocicletas



Fonte: Seguradora DPVAT. Acesso em: 3 out. 2013.

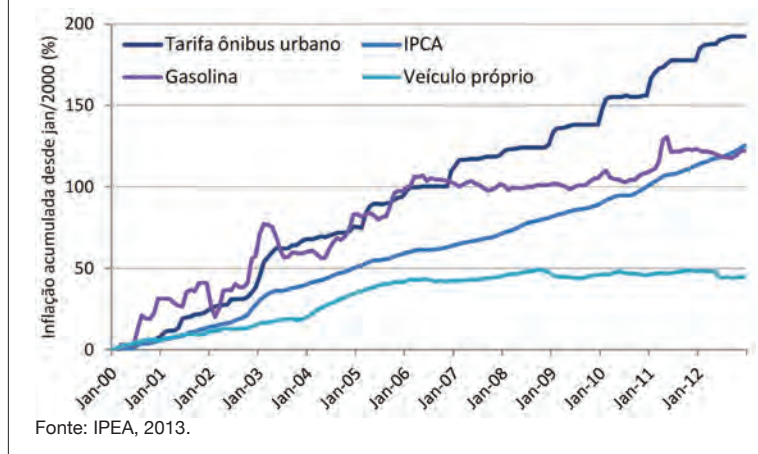
blica de transportes, e apresenta um incentivo contínuo a compra de automóveis. De 2008 a 2013, perdurou uma política de redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) combinada com uma política de controle no preço do combustível, feita através da Petrobrás, incentivando assim o uso do transporte individual em detrimento do público.

Em contraste com os preços dos automóveis, as tarifas de ônibus cresceram acima da inflação durante os primeiros anos do milênio. O preço da gasolina possui uma evolução parecida com a do IPCA no período. Esses fatos demonstram o incentivo ao uso do automóvel em detrimento ao ônibus, prejudicando o trânsito nas urbes, e podem ser observados no gráfico 2.

A monografia desenvolvida teve como objetivo medir os impactos diretos do tempo perdido em deslocamento pelos trabalhadores até suas residências em todo o país, estratificados por região do Brasil, estado, região metropolitana e município. Como não são calculados os valores das diversas externalidades causadas pelo trânsito, os resultados obtidos são extremamente subestimados. Porém, mesmo assim são relevantes, destacam a importância do tema, e permitem diversas comparações entre todas as áreas estudadas.

Para a apuração dos resultados, foram realizados três cálculos, todos com base no Censo 2010 do IBGE. No primeiro, observou-se o tempo médio dos trabalhadores de ida e volta de seus empregos. O segundo multiplicou a renda por hora dos trabalhadores pelo tempo perdido nos deslocamentos realizados, obtendo assim uma estimativa do valor total deixado nas ruas. Como seria impossível reduzir a zero esse tempo perdido, obedecendo o que já foi feito an-

GRÁFICO 2: Evolução das tarifas de ônibus urbano comparadas com IPCA, gasolina e veículo próprio. Brasil, 2000/2012



teriormente pela literatura, foram aplicados dois fatores, para encontrarmos o custo do tempo excessivo deixado nas ruas. Por último, dividiu-se o valor obtido na segunda etapa pelo PIB de cada local, para conseguir obter uma estimativa proporcional das perdas.

Na primeira etapa, verificou-se um tempo médio de deslocamento de 63,08 min por trabalhador brasileiro em 2010. Como esperado, o tempo gasto por quem mora no interior (46,96min) foi significativamente menor em comparação a quem vive em regiões metropolitanas (79,83min), que é um pouco menor do que o de quem vive nas capitais (82,61min).

Estratificando os resultados por região, observamos, como esperado, que os piores tempos ocorrem onde a população é maior. Dessa forma, os piores números são do Sudeste, com uma média de 73,18min gastos por habitante para se deslocar ao trabalho. Quando centramos a observação dentro das regiões metropolitanas, os resultados ainda pioram para uma média de 92,52min. Entretanto, o que chama atenção nessa análise são os resultados do Nordeste, que

são bem piores do que os do Sul do país, mesmo com população semelhante. Enquanto a média de tempo nas regiões metropolitanas do Nordeste é de 70,6min, no Sul é de 58,63min, evidenciando diferenças significativas entre as regiões.

Nas observações por estado, o pior índice foi para o Rio de Janeiro (88,77min), o que deve ser atribuído à grande população urbana do local. Todavia, os resultados dessa estratificação não possuem grande valor para comparação, visto que o grau de urbanização de cada estado influencia diretamente os números obtidos.

Analisando os tempos médios de deslocamento por cidade e região metropolitana, é interessante a comparação entre Rio de Janeiro e São Paulo. Enquanto os tempos gastos quando contadas as regiões metropolitanas é basicamente igual (100,00min pro Rio de Janeiro, contra 100,53min pra São Paulo), os paulistanos gastam 105,25min, consideravelmente mais tempo de deslocamento que os cariocas (95,05min). Esses resultados demonstram problemas no Rio de Janeiro, pois há uma maior desigualdade no tempo perdido na região

metropolitana. Os habitantes das periferias urbanas (que são os mais pobres) perdem mais tempo nas ruas. Além disso, a comparação é ruim para o local, visto que sua população é bem menor que a de São Paulo, e os resultados semelhantes.

Na segunda etapa do trabalho, verificaram-se as perdas monetárias em termos absolutos. Não houve resultados surpreendentes, visto que as maiores perdas ocorrem onde o PIB é maior. O interessante é ver que, para o Brasil todo, foram deixados 99 bilhões de reais nas ruas em 2010 (2,6% do PIB).

Na terceira etapa foram analisadas as perdas proporcionais ao PIB. Observou-se que as regiões mais pobres têm maiores problemas. O Nordeste é a região com piores resultados, perdendo 3% do PIB. Os seus nove estados estão entre os onze com maiores perdas proporcionais aos PIBs. Entre os municípios, chama a atenção Salvador, que perde 6,43% do seu PIB com deslocamentos, 3,46% a mais que a média do estado. A região Sul apresenta os melhores desempenhos (2,36%).

Na conclusão do trabalho destacamos a relevância para todo o país do tempo perdido em trânsito. Ou seja, mesmo desconsiderando todas as externalidades que os problemas de mobilidade urbana geram, o observado é que maiores investimentos na área poderiam ser benéficos para o Brasil, gerando aumento na produção, redução nas desigualdades e melhoria no bem-estar geral. Dessa forma, percebemos que um sistema eficiente de transportes não é apenas uma consequência do desenvolvimento, ele também pode ser causa.

Orientador: Carlos Eduardo Frickmann Young, Phd

* É graduado na UFRJ e mestrando na UFF